

**ATA**

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e doze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva - e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10:00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

**-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----****-----INTERVENÇÕES-----**

**1 – Vereador José Manuel Antunes** – Referindo-se aos espaços libertados na sequência do encerramento das antigas EB 1 na sequência da construção de alguns equipamentos novos no concelho de Guimarães que têm sido adaptados a novas funcionalidades, designadamente através de contratos de comodato, quis saber da possibilidade de celebração de um contrato de comodato com a Junta de Freguesia de Caldelas para ocupação das instalações do jardim de infância de Assento, que se encontram desocupadas, para que naquele espaço fossem instaladas várias associações daquela freguesia. -----

**2 – Vereadora Luísa Oliveira** – Referiu que, há alguns meses atrás, Guimarães acolheu representantes de muitas cidades europeias associadas da Energy Cities, sendo que nunca mais houve qualquer retorno neste órgão, inclusivamente, informação sobre se a Câmara Municipal se tornou ou não associada daquela

entidade. Continuou, referindo que se estava a poucos dias da adesão a um importante evento que esta organização promove que é a “Semana Verde 2013”, julgando ser pertinente saber o que o Executivo pensa em relação a estas duas participações. Neste contexto, referiu que em Guimarães já foram dados alguns passos para a introdução de automóveis eléctricos, cuja produção só agora se começa a acelerar, de modo a que os preços sejam mais condizentes com a situação económica dos cidadãos. Acrescentou que o apelo a outras modalidades de transporte, sobretudo para pequenas distâncias, também tem sido por si aqui referidas, bem como a criação de estruturas de estacionamento que permitam aos seus utilizadores alguma comodidade e segurança. De seguida, demonstrou preocupação com algumas notícias que vão chegando de possibilidade de redução de alguns horários nos transportes públicos, quando todos deveriam estar a convergir para sensibilizar e criar condições de atração para o uso preferencial daquele meio de transporte. Considera que a sua concepção de mínimos de serviço e de direitos dos utilizadores tem a ver com uma estratégia que tem vindo a ser defendida em Guimarães de investimento em espaços culturais e em formação de públicos, que todos apoiamos, e que ainda tão recentemente marcou para sempre e de forma excepcional a história da nossa cidade e do nosso concelho, perguntando, assim, para quem se investe. Continuou, referindo ser sua principal motivação os eleitores, sabendo que não são suficientes para garantir a sustentabilidade desses equipamentos. Disse, ainda, que se as populações se vêm privadas de transporte público, se não se consegue inovar para as atrair para o uso de transportes públicos, está-se simultaneamente a excluí-las do acesso a bens culturais e do acesso ao espaço público urbano. Defendeu ser possível



conciliar as necessidades de mobilidade das populações com a melhoria dos transportes, através de soluções inovadoras, como o uso de veículos de passageiros mais pequenos, especialmente para horários que atualmente têm menos procura e em todos aqueles que se ajustem aos horários da oferta cultural e desportiva que hoje somos capazes de proporcionar. Concluiu, referindo que há soluções que estão a ser ensaiadas por toda a Europa que esta Câmara deve equacionar para que o nosso concelho se distinga por aumentar a procura de transporte público, qualquer que ele seja, por criar soluções integradas que conciliem o seu uso com outras alternativas para curtas distancias, em suma, por ser mais verde nas soluções que coloca à disposição da sua população e de quem a visita. -----

**3 – Vereador José Manuel Torcato Ribeiro – a)** - Perguntou se já havia decisão sobre as candidaturas das entidades desportivas à atribuição de subsídios; **b)** - Perguntou onde e em que condição se encontra o espólio arqueológico que o Município recolhe decorrente das prospeções que promove. Recordou que já havia feito esta questão várias vezes, por ser uma situação que o tem preocupado, dizendo que pretende apresentar proposta sobre esta matéria. -----

**4 – Vereador Amadeu Portilha – a)** – Relativamente às candidaturas das associações desportivas disse que os serviços da Câmara Municipal estão a trabalhar o assunto por força da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso; **b)** – Sobre a intervenção da Vereadora Luísa Oliveira disse que partilhava também das suas preocupações, esclarecendo que a questão da mobilidade elétrica teria que ser um desígnio nacional e não o está a ser. Acrescentou que o Município de Guimarães foi pioneiro na adesão ao programa de Mobilidade Elétrica, lamentando que as

expectativas criadas em torno de um projeto de grande alcance ambiental tenham acabado com a decisão do atual Governo de extinguir o Gabinete da Mobilidade Elétrica. De seguida, deu conhecimento de uma proposta da responsabilidade privada que está bem encaminhada para ser implementada com apoio comunitário, tratando-se de uma proposta estruturada para a criação de uma empresa de carros elétricos que deverá estar implementada antes do próximo verão e que espera rentabilizar os 14 postos de abastecimento existentes no concelho. Em relação aos horários dos Transportes Urbanos de Guimarães disse que os mesmos têm sido redefinidos por forma a não pôr em causa a sustentabilidade daquele serviço, procurando-se encontrar um ponto de equilíbrio entre os interesses dos munícipes e a sustentabilidade da empresa concessionária. Por último, informou que no ano passado a referida empresa registou a perda de mais de duzentos mil passageiros tendo encerrado o ano com um prejuízo que ronda o meio milhão de euros, números que refletem a crise económica que se vive, designadamente o desemprego. Assim, admitiu a possibilidade de algumas carreiras serem reduzidas, mas apenas ao fim de semana. -----

**5 – Vereador Domingos Bragança** – Ainda sobre a intervenção da Vereadora Luísa Oliveira, disse que a Câmara Municipal de Guimarães é associada da Energy Cities, sendo líder, nesta região, no que respeita às energias renováveis, referindo alguns exemplos. Disse que através da Associação de Municípios do Vale do Ave está a ser trabalhado um processo tendo em conta a matriz energética de toda a região do Ave. -----

**6 – Presidente da Câmara – a)** – Sobre a intervenção do Vereador José Manuel Antunes, disse que o modelo de entrega dos espaços das antigas EB1 agora desativados tem regras, sendo que



antes de se entregar os espaços o respetivo Agrupamento de Escolas é sempre previamente consultado; **b)** - Sobre a guarda do espólio arqueológico disse que iria pedir ao Arqueólogo da Câmara Municipal para que apresente um relatório sobre essa matéria. ----

**7 – Vereadora Francisca Abreu** – Ainda sobre a entrega dos espaços das EB1 desativadas, disse que era sempre dada prioridade aos Agrupamentos de Escolas, tendo já sido apresentado um projeto por parte do Agrupamento de Escolas das Taipas. -----

-----**DELIBERAÇÃO**-----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, a seguinte proposta: -----

**VOTO DE PESAR – MATEUS TEIXEIRA MARTINS – EX-PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BRITO** – Presente a seguinte proposta: “Faleceu ontem Mateus Teixeira Marques que foi Presidente da Junta de Freguesia de Brito em vários mandatos do poder local democrático nas décadas de 80 e 90 do século passado, exercendo ainda outras funções na vida pública da freguesia. Serviu a sua comunidade durante dezenas de anos, sempre com um profundo sentido do dever, num exemplo de autarca ao serviço das populações. Nesta hora de dor para todos os seus amigos, proponho que a Câmara Municipal aprove um voto de pesar e sentidas condolências a ser transmitido à sua família e órgãos autárquicos da freguesia de Brito.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 7 DE FEVEREIRO DE 2013.** Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão

Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**URBANISMO - PEDIDO DE LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÃO DESTINADA A BALNEÁRIO DE APOIO AO RECINTO DESPORTIVO DO CLUBE DESPORTIVO DE PONTE – RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO** – Presente a

seguinte informação do diretor do departamento de planeamento e gestão urbanística: “Refere-se a presente informação técnica à construção de um edifício, destinado a balneários, complementar ao campo de jogos do Clube Desportivo de Ponte, localizado na vila de Ponte e classificado (maioritariamente) como zona de equipamento e (uma pequena parte) como zona não urbanizável. A pretensão em causa visa dotar o recinto desportivo existente de melhores condições de utilização, pressupondo uma ocupação (ainda que, de alguma forma, “residual”) de terreno classificado como zona não urbanizável. Encarando-se urbanisticamente possível e viável a pretensão em causa (constituindo a mesma uma melhoria das condições de edificabilidade e de uso relativamente às mesmas hoje registadas, um incremento positivo no desempenho do recinto desportivo sem prejuízo para a paisagem ou área envolvente), a pretensão em causa só se afigura viável em função do seu reconhecimento de interesse público já que só esta situação permitirá o correto enquadramento da mesma pretensão no número 1, artigo 34 do regulamento do plano diretor municipal. Assim, verificando-se: 1. A consideração do Requerente como entidade de utilidade pública (conforme declaração constante no processo de construção – folha 70); 2. A melhoria das condições de uso de um equipamento desportivo com repercussões ao nível da sua atratividade e desempenho; 3. O envolvimento de um conjunto alargado de público,



nomeadamente aquele jovem, e o impacto local e económico que o equipamento representa para a área envolvente. **Propõe-se, para efeitos do disposto na alínea d, número 1, artigo 34 do regulamento do plano diretor municipal e à escala local, o reconhecimento de interesse público do equipamento desportivo em causa e respetiva pretensão agora manifestada – construção de edifício destinado a balneário. Caso aceite superiormente o atrás exposto e proposto, deverá este reconhecimento de interesse público ser submetido ao Órgão Executivo para deliberação.** Igualmente, deverá ser o Requerente informado da tramitação processual da sua pretensão, devendo o respetivo processo de licenciamento ficar suspenso até à realização das reuniões dos Órgãos competentes para o reconhecimento de interesse público.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**URBANISMO - PROCEDIMENTOS REALIZADOS EM JANEIRO 2011 NO ÂMBITO DA DIVISÃO DE ESTUDOS E PROJETOS – RATIFICAÇÃO DOS DESPACHOS DE ABERTURA POR PARTE DO ÓRGÃO EXECUTIVO** – Presente a seguinte informação do

diretor do departamento de planeamento e gestão urbanística: “Refere-se a presente informação técnica aos procedimentos “Elaboração do projeto para parque estacionamento de apoio ao centro de saúde e reperfilamento da Rua da Maina em Urgezes”, “Projeto de execução de muro de suporte na Travessa de S. Mamede (Azurém)”, “Requalificação da Veiga de Creixomil - Projetos especialidades” cuja data de abertura de procedimento data de janeiro 2011. Na sequência destes procedimentos por ajuste direto, não foi obtido parecer prévio do órgão executivo, de acordo com o disposto no art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-

B/2010, de 28 de Abril, já que até aquela data persistiam dúvidas sobre a respetiva necessidade legal de tal parecer prévio. Esta situação foi esclarecida através de despacho do Sr. Presidente de 31 janeiro 2011 (na sequência de informação técnica do departamento de administração geral de 31 janeiro 2011, tendo a partir dessa mesma data sido assegurados os pareceres prévios necessários relativos aos procedimentos realizados. Porque os procedimentos atrás descritos se localizam previamente a 31 janeiro 2011 mas já no ano de 2011, considera-se que não tendo aquele parecer prévio sido obtido em devido tempo, devem agora ser ratificados os despachos do Presidente da Câmara que autorizaram a abertura daqueles procedimentos e das respetivas adjudicações, considerando os elementos constantes daquela listagem, e que se encontram verificados todos os requisitos para a sua emissão, designadamente no que respeita ao disposto no art.º 35.º da referida Lei nº 12-A/2008. Igualmente considera-se englobar neste pedido de ratificação o procedimento por ajuste direto "reabilitação da chaminé do CAFPG", cuja data de abertura é 31 julho 2012, o qual conheceu a sua abertura e desenvolvimento em função da urgência na reabilitação construtiva da chaminé em causa (já que em causa se encontrava a segurança e o bem público). **Assim, e face ao exposto, julga-se solicitar ao Órgão Executivo a ratificação dos despachos proferidos de autorização para abertura dos procedimentos "elaboração do projeto para parque estacionamento de apoio ao centro de saúde e reperfilamento da Rua da Maina em Urgezes", "projeto de execução muro do edifício do Monte dos Leitões (Azurém)", "requalificação Veiga Creixomil - Projetos especialidades" e "reabilitação da chaminé do CAFPG" nos termos atrás descritos."**





**DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – AQUISIÇÕES E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS - PARECER PRÉVIO RELATIVO AOS ANOS DE 2011 A 2012 E JANEIRO DE 2013 - PARECER PRÉVIO GENÉRICO FAVORÁVEL PARA 2013** – Presente a

seguinte informação da diretora do Departamento de Administração Geral e da diretora do Departamento Financeiro:

**“1. ENQUADRAMENTO LEGAL** - O Orçamento de Estado de 2011 (LOE 2011), aprovado pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro, concretamente nos seus nºs 2 e 4, do art.º 22º, vem impor a obrigatoriedade de obtenção de parecer prévio vinculativo para a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços, por órgão e serviço abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e posteriores alterações, da mesma natureza e contraparte. A Portaria nº 4-A/2011, de 3 de janeiro vem regulamentar os termos e tramitação do pedido de parecer prévio vinculativo, revogando aquela Portaria nº 371-A/2010, aplicável, contudo, apenas à administração central, não tendo sido aprovada norma de aplicação à administração local. No art.º 4º desta Portaria, é concedido parecer genérico favorável à celebração de contratos de prestação de serviços desde que não seja ultrapassado o montante anual de 5000€ (sem IVA) a contratar com a mesma contraparte e o trabalho a executar se enquadre numa das seguintes situações: a) Ações de formação que não ultrapassem 132 horas; b) Prestações de serviços cuja execução se conclua no prazo de 20 dias. Para o ano de 2012 o Orçamento de Estado, aprovado pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (LOE 2012), vem novamente manter a necessidade de

emissão de parecer prévio vinculativo (nºs 4 e 8 do artigo 26.º), tendo sido aprovada nova portaria - a Portaria nº 9/2012, de 10 de janeiro - que regulamenta os termos e a tramitação do pedido de parecer prévio vinculativo (aplicável apenas à administração central) e revoga a referida Portaria nº 4-A/2011. Esta Portaria vem alargar o âmbito do parecer genérico favorável, que passou também a abranger a celebração ou renovação de contratos de prestação de serviços de manutenção ou assistência a máquinas, equipamentos ou instalações, pelo prazo de 1 ano e desde que não seja ultrapassado o montante anual de 5000€, a contratar com a mesma contraparte. Quanto ao **ano de 2013** o Orçamento de Estado, aprovado pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (LOE 2013), mantém a necessidade de emissão de parecer prévio vinculativo (nºs 4 e 10 do artigo 75.º), tendo sido aprovada nova portaria - a Portaria nº 16/2013, de 17 de janeiro - que revogou a Portaria nº 9/2012, continuando esta a ser aplicável apenas à administração central. **2. INTERPRETAÇÃO** - Após a publicação dos primeiros diplomas legais sobre esta matéria, foram emitidos pareceres jurídicos no sentido de esclarecer e orientar os serviços municipais para o cumprimento daquelas normas. Foi ao tempo entendido que apenas estariam sujeitos a pedido de parecer prévio do órgão executivo os contratos de prestação de serviços na modalidade de tarefa e avença e os contratos de aquisição de serviços de consultoria técnica, designadamente nas áreas jurídica, arquitectónica, informática ou de engenharia. Nesta sequência, estariam excluídos da obrigação de obtenção de parecer prévio as demais aquisições de serviços, designadamente reparações, manutenção de equipamentos, conservação de bens, etc., por não se enquadrarem em consultoria técnica. Aliás, havia mesmo entendimentos no sentido de que só depois de



entrar em vigor a Portaria a que se refere o nº 1 do art.º 6º do Decreto-Lei nº 209/2009, o nº 4 do art.º 22º da LOE 2011, nº 8 do art.º 26º da LOE 2012 e no nº 10, do art.º 75º da LOE 2013 é que o referido parecer prévio vinculativo da Câmara Municipal passaria a ser obrigatório – tanto assim que foi o próprio legislador a reconhecer, expressa e repetidamente, que a aplicabilidade das disposições legais respeitantes a esse parecer carecem de um portaria que há-se vir definir alguns requisitos da sua aplicabilidade, diploma que o Governo ainda não aprovou. Contudo, e por mera cautela, entendemos ao tempo utilizar a Portaria publicada para a administração central como modelo para os procedimentos relativos aos contratos de tarefa, avença e aquisição de serviços de consultoria técnica. **3. PROPOSTA** - Entretanto, têm sido veiculados entendimentos diferentes, designadamente por parte da Inspeção Geral de Finanças, em que é sustentado que todas as aquisições de serviços, independentemente da sua natureza ou valor, consistam ou não em consultoria técnica, devem ser sujeitas a parecer prévio do órgão executivo. Neste contexto, ainda que a nossa interpretação seja diferente, importa conformar os procedimentos e processos com o que sabemos serem as orientações da tutela, pelo que se submete à consideração superior a presente informação no sentido de que sejam aprovados pareceres prévios para os processos respeitantes aos anos de 2011 a 2012 e janeiro de 2013, cujos requisitos se encontram verificados, designadamente no que respeita ao disposto no art.º 35º da referida Lei nº 12-A/2008, bem como adotada metodologia para 2013 visando assegurar eficiência e eficácia na gestão municipal, em matéria de contratação pública. Assim, considerando: - Que existem situações que exigem intervenção urgente e de curta duração, e em que a

sujeição individualizada a parecer prévio e a correspondente demora poderia afetar o regular funcionamento dos serviços e ainda implicar aumento de custos associados à intervenção; - Que, embora aquelas Portarias, tal como se disse, não sejam aplicáveis à administração local, a verdade é que é necessário garantir sistemas destinados a assegurar eficiência e eficácia na gestão, em matéria de contratação pública, o que não se alcançará sem que, entre outras medidas, à semelhança do que sucede para a administração central com os pareceres genéricos acima referidos, se delibere uma autorização genérica para efeito de parecer prévio vinculativo; - Que tem sido entendimento da CCDRN, DGAL e ANMP que, face à ausência da regulamentação acima referida no que respeita à administração local, podem os municípios fixar as situações passíveis de ser objeto de um parecer genérico favorável, nos mesmos moldes e dentro dos limites em que tal parecer prévio foi fixado para a administração central, através das referidas Portarias; - Que tal autorização genérica, não deixando de ter tratamento uniforme com o determinado para a administração central, deverá refletir a realidade municipal, desde logo no que respeita ao universo de contratação necessária para garantir o normal funcionamento dos serviços, bem como o cumprimento das metas consagradas em orçamento municipal; Submete-se à consideração superior que a Câmara Municipal delibere: **3.1** Emitir parecer prévio favorável para as aquisições de serviços contratualizadas durante os anos de 2011 a 2012 e janeiro de 2013, para efeitos do disposto nas mencionadas leis do orçamento, relativamente aos contratos de prestação e aquisição de serviços constantes das listagens anexas, cujos requisitos se encontram verificados, designadamente no que respeita ao disposto no art.º 35º da referida Lei nº 12-A/2008. **3.2** Conceder,



ao abrigo das disposições legais supracitadas, parecer genérico favorável à celebração ou renovação de contratos de prestação e aquisição de serviços para o ano de 2013, desde que o trabalho a executar respeite, cumulativamente, os seguintes requisitos: **a)** Não seja ultrapassado o montante anual de 5000€ (sem IVA), a contratar com a mesma contraparte; **b)** Cujo objeto se traduza numa das seguintes situações: 020202 - Limpeza e higiene; 020203 - Conservação de bens; 020209 - Comunicações; 020210 - Transportes; 020211 - Representação dos serviços; 020212 - Seguros; 020213 - Deslocações e estadas; 020215 - Formação; 020216 - Seminários, exposições e similares; 020217 - Publicidade; 020218 - Vigilância e Segurança; 020219 - Assistência Técnica; 020220 - Outros trabalhos especializados; 020225 - outros serviços; **c)** Seja dado cumprimento ao disposto no nº 2, do art.º 3º, da Portaria nº 16/2013, de 17 de janeiro.

**3.2.1** Aprovar que, até ao final do mês seguinte ao mês a que digam respeito, seja dado conhecimento à Câmara Municipal da lista dos contratos celebrados ao abrigo deste parecer prévio genérico, com expressa referência aos respetivos valores de adjudicação e cabimento orçamental. A celebração ou renovação de contratos de prestação e aquisição de serviços que não se enquadrem no disposto no ponto 3.2 estão sujeitas a parecer prévio específico do Órgão Executivo." As referidas listagens dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. ---**

**ENTIDADES PARTICIPADAS – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS - QUADRILÁTERO URBANO** – Presente a seguinte proposta: "Em face da forma como foram tratadas no Jornal de Notícias publicado em 4 de fevereiro último várias questões relacionadas com o "Quadrilátero Urbano para a

Competitividade, Inovação e Internacionalização”, de que fazem parte os Municípios de Guimarães, Braga, Barcelos e Famalicão, afirmámos que a Câmara Municipal de Guimarães rejeitava de forma veemente a promiscuidade político-partidária nada inocente com que a notícia fora editada e apresentada ao público leitor. Acrescentámos então que, porque não servimos interesses espúrios que configuram um certo parasitismo político de todo inqualificável e que nenhum suposto lapso desculpa, proporíamos aos órgãos competentes o abandono do Quadrilátero Urbano. Vincámos então que, pela nossa parte, estivemos neste projeto numa postura de cooperação regional e sempre pautámos a nossa intervenção por uma conduta de lealdade e de sujeição exclusiva ao interesse das respetivas populações. No momento em que formalizamos a intenção então anunciada, cumpre-nos traçar o quadro geral de atividade da Associação que, conjugado com o incidente do passado dia 4 de fevereiro, justifica de forma absolutamente sustentada esta proposta. Em outubro de 2008 foi formalizado o Pacto para a Competitividade e a Inovação Urbanas”, entre os Municípios de Barcelos, Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão, a Universidade do Minho, a Associação Industrial do Minho e o Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal (CITEVE), prevendo a instituição de uma Associação de Municípios de Fins Específicos constituída pelos Municípios mencionados, com a finalidade de garantir as bases para o desenvolvimento e execução do projeto designado por “Quadrilátero Urbano para a Competitividade, a Inovação e a Internacionalização”. Em setembro de 2009 foi assinado o Protocolo de Financiamento designado por “Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação” - entre o Programa Operacional Região Norte – ON2 e as entidades acima



referidas, com o objetivo de implementar o **Programa Estratégico** designado por “Quadrilátero Urbano: Competitividade, Inovação e Internacionalização”. Este Protocolo foi ratificado na Câmara Municipal por deliberação de 05/11/2009. O **Plano Estratégico** abrangia os seguintes projetos: Operação 1 – Quadrilátero Digital; Operação 2 – Quadrilátero Mobilidade; Operação 3 – Quadrilátero Desenvolvimento Urbano; Operação 4 – Quadrilátero Cultural; Operação 5 – Quadrilátero Criativo; Operação 6 – Quadrilátero Empresarial: Acolhimento; Operação 7 – Quadrilátero Empresarial: Internacionalização; Operação 8 – Quadrilátero em Rede. A partir de um investimento global estimado em €16.716.663,20, fixou-se o investimento elegível para a realização dos projetos de 14.999.999,00€, assegurado da seguinte forma: - até ao máximo de 9.749.999,35€ de comparticipação pelo FEDER, correspondente a uma taxa de cofinanciamento de 65% do custo total elegível dos projetos; - a restante despesa necessária à execução integral do projeto, no valor de 5.249.999,65€, seria assegurada através de fontes nacionais, pelos Beneficiários. Por deliberação de 23/03/2010 a Assembleia Municipal aprovou a adesão do Município de Guimarães à Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero Urbano, regendo-se pela Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto, respetivos Estatutos e demais disposições legais aplicáveis, que adotou a designação de QUADRILÁTERO URBANO PARA A COMPETITIVIDADE, A INOVAÇÃO E A INTERNACIONALIZAÇÃO, adiante referida apenas por “Quadrilátero”. O Quadrilátero é uma Pessoa Coletiva de Direito Privado de natureza associativa e âmbito territorial, que visa a realização de interesses comuns aos municípios que a integram - Barcelos, Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão - e tem

como fim principal a implementação do Programa Estratégico de Cooperação (PEC), bem como a execução dos projetos nele previstos, no âmbito do projeto “Quadrilátero Urbano para a Competitividade, a Inovação e a Internacionalização”, enquadrado na medida “Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação”, financiado pelo Programa Operacional Regional do Norte, do QREN 2007-2013. Conforme mapa anexo, verifica-se que a execução física e financeira do Programa Estratégico de Cooperação (PEC) é residual, cifrando-se, nesta data, em cerca de 7%, sendo que dois dos projetos não tiveram qualquer execução, entre os quais o Quadrilátero Digital. De destacar que, desde início, o projeto Quadrilátero Digital correspondia ao mais importante de todos os projetos, constituindo a mais avultada operação física e financeira, embora hoje se possa questionar a oportunidade de um investimento público desta natureza; de todo o modo, não foi cumprida a calendarização do contrato de financiamento por parte da Associação, encontrando-se prejudicada, pelo menos por agora, a comparticipação antes prevista. Ora, atendendo à ineficiente execução física e financeira dos projetos, os custos de funcionamento da Associação implicam, por parte do Município de Guimarães, um esforço financeiro anual que se nos afigura inoportuno, à luz de uma ponderação custo/benefício: €33.684,00 em 2010, €40.542.72 em 2011 e €61.853.76 em 2012. Estas quantias, da responsabilidade do Município de Guimarães, de financiamento corrente da Associação, bem como da eventual comparticipação nos projetos na ordem dos 40%, traduzem, no atual contexto de extremas dificuldades orçamentais, uma importância relevante. Uma importância relativa diferente da que assumiam à época da criação da Associação,





colocando constrangimentos e dificuldades de enquadramento legal, tendo em conta o contexto narrado e as exigências da designada Lei dos Compromissos. Acresce que não se antevê forma de, num futuro próximo, a realidade descrita ser substancialmente alterada, de modo a que a participação de Guimarães seja inequivocamente vantajosa face aos custos que suporta. Assim, entendemos que, em face da realidade atual do Quadrilátero, se goraram as expectativas que sustentaram a adesão do Município de Guimarães e que os atuais custos de funcionamento da Associação, na parte que respeita a Guimarães, não encontram a devida contrapartida na execução – verificada e expectável - dos projetos da Associação. Neste contexto, propomos que, sem prejuízo dos compromissos assumidos pelo Município de Guimarães em sede de Contratos de Financiamento das candidaturas entretanto aprovadas pelo Programa ON2, a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal pôr termo a participação de Guimarães na Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero Urbano.” O mapa de monitorização da execução física e financeira do PEC Quadrilátero Urbano para a Competitividade, Inovação e Internacionalização dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

O **Vereador José Manuel Antunes** fez a sua intervenção lendo, em voz alta, um documento, solicitando que o seu texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em ata: “O Jornal de Notícias (JN) pertencente à empresa privada “Controlinveste”, empresa esta sem qualquer ligação conhecida aos municípios que integram a associação Quadrilátero Urbano (Guimarães, Braga, Famalicão e Barcelos), publicou recentemente um trabalho sobre um projeto na área da fibra ótica que o Quadrilátero vai apresentar ao próximo quadro comunitário de apoio. “Escolhendo

um vereador de cada município, dentro de um critério editorial próprio a que o mais simplório dos defensores da liberdade de imprensa reconhecerá o direito, para se pronunciar sobre o projeto em causa, ouviu Paulo Cunha de Famalicão, Domingos Pereira de Barcelos, Vítor Sousa de Braga e André Coelho Lima de Guimarães todos vereadores eleitos com a igual legitimidade do voto popular e representando correntes de opinião dos respetivos concelhos. Todos eles se pronunciaram de forma convergente, e sem qualquer polémica partidária, sobre as vantagens do projeto e a importância do Quadrilátero.” Guimarães está desde o início na associação de municípios, e nela se fez representar durante muito tempo pelo próprio vice-presidente, Dr. Domingos Bragança como participante ativo. Nunca á CMG ou aos seus responsáveis se ouviu uma crítica, uma discordância, um por em causa a forma como o Quadrilátero funcionava. Em várias assembleias municipais ouvimos os responsáveis camarários e deputados socialistas tecerem as maiores loas ao Quadrilátero e às vantagens deste tipo de associação em rede.” Somos confrontados hoje com a **proposta de saída de Guimarães da associação Quadrilátero Urbano**. Sr. Presidente, esta sua tomada de posição exige que de forma clara clarifique: **a)** O que está subjacente a este ato é a sua presunção de que o Jornal de Notícias, alegadamente se predispôs a prestar um serviço ao PSD? Se é isso tenha **a coragem de o afirmar!** **b)** O que está subjacente a este seu ato é uma acusação de que o Quadrilátero Urbano possa ter sido cúmplice de uma estratégia que visa beneficiar o PSD-Guimarães? Se é isso **tenha a coragem de o dizer claramente!** **Esta proposta de decisão isolada e unilateral** é uma enorme desconsideração para com os representantes de Guimarães no Conselho Executivo, agora o Dr. César Machado, antes o Dr. Domingos Bragança. Em declarações à



comunicação social V. Excia disse e passo a citar: *"isto foi a gota de água porque as relações já não eram as melhores"*. Dr. César Machado, isto é verdade? Havia algum clima de crispação no Quadrilátero? No texto da deliberação é dito, e passo a citar: *"não foi cumprida a calendarização do contrato de financiamento por parte da Associação"*. A pergunta é clara: O que fez Guimarães no tempo que esteve no Quadrilátero em prol dos seus melhores resultados? Alguma vez Guimarães apresentou alguma reclamação ou discordância sobre o rumo que as coisas estavam a tomar? É ou não Guimarães co-responsável pelo sucesso ou insucesso do Quadrilátero? Ou só ia lá assistir a reuniões? Quem presidiu ao Quadrilátero até maio de 2012? Foi exatamente o município de Guimarães. E então não será Guimarães, pela responsabilidade assumida na gestão recente do Quadrilátero, o grande responsável por aquilo de que o senhor agora se queixa? **Que sentido faz tudo isto? Não será um tiro no pé.** Diz-se no texto da deliberação que Guimarães sempre esteve *"neste projeto numa postura de cooperação regional"* e ainda que sempre *"pautamos a nossa intervenção por uma conduta de lealdade e de sujeição exclusiva ao interesse das respetivas populações"* Considera o senhor que é ser-se leal abandonar o Quadrilátero sem antes ter apresentado uma única manifestação de discordância? Pública ou privada? Considera o senhor que é uma conduta de gente recomendável dizer que é o *"quadro geral da atividade da Associação"* que justifica a saída de Guimarães, sem nunca antes tal ter sido referido e tendo sido seu principal responsável até Maio de 2012? Queixa-se V. Ex.<sup>a</sup> que o Quadrilátero Urbano não deu nada a Guimarães. Quer isso dizer, por exemplo, que a organização do Concurso Mundial de Bruxelas, um dos maiores concursos de vinho do mundo cuja última edição decorreu em

Guimarães realizado sob patrocínio do Quadrilátero no âmbito da CEC/2012, não foi importante para Guimarães? E o Teatro Jordão? Cujá aquisição aqui votamos em Julho/2012 e cujo financiamento estava previsto ser assegurado, há pouco mais de 6 meses, no âmbito do Quadrilátero? Em que ficamos? Nada disto interessa? Guimarães Digital, 08.07.2011 - "A Oficina recebe 450 mil euros para projetos culturais em rede - Um projeto que diz respeito à candidatura «Programação Cultural em Rede do Quadrilátero Urbano», envolvendo A Oficina, o Teatro Circo, de Braga e a Casa das Artes, de Famalicão. Trata-se de uma candidatura que contará com o apoio de **246 mil euros.**" O candidato à Câmara do PS, tem-se desdobrado em declarações públicas a defender a importância do "trabalho em rede" e agora, na concretização política dos chavões partidários, votam pela saída de Guimarães de um projeto de cooperação em rede, de criação de sinergias intercidades. Que coerência política tem este PS? Guimarães Digital, 25.06.2008: "O pró-Reitor da Universidade do Minho, João Monteiro, defendeu a necessidade de trabalhar em rede porque a união faz a força «Temos quatro cidades que se podem afirmar no País e atrair investimentos para uma região onde vive um milhão de habitantes»" E o que faz a Câmara de Guimarães e o seu candidato á Câmara com este projeto de verdadeiro trabalho em rede? A câmara municipal de Guimarães anuncia que vai retirar-se da associação de municípios "Quadrilátero", mandando às malvas projetos e participações já definidas, apenas e só porque o vereador ouvido pelo Jornal de Noticias é do PSD e não do PS! Apenas e só porque um jornal privado, num país onde a censura foi extinta vai para 39 anos, foi ouvido o político que o jornal entendeu e não um político nomeado pela câmara para o efeito, a CMG numa atitude de pesada irresponsabilidade e lesiva dos



interesses do município e das populações, propõe a saída do "Quadrilátero"? **Sr. Presidente**, esta decisão, tomada a escassos sete meses do final de mandato, é absolutamente lamentável porque condiciona o futuro do nosso concelho, é de muito questionável legitimidade política, roça os laivos de uma decisão delirante, própria de quem confunde os interesses do Município com os seus próprios e os do seu partido. Se amanhã houver uma entrevista sobre a AMAVE em que ponham a foto do líder do PSD, o senhor vai defender que Guimarães saia da AMAVE? E a seguir da CIM do AVE? E se algum jornal se tivesse lembrado de entrevistar os vereadores da oposição a propósito da CEC/2012, e publicasse uma sua fotografia, o Sr. Presidente proporia que Guimarães abandonasse a organização do evento?... Já percebeu o ridículo em que coloca Guimarães e em que se coloca a si próprio, com a posição que resolveu assumir, e que toda a gente percebe qual o motivo em que assentou verdadeiramente? *"O Presidente de Câmara de Guimarães manifestou a consciência de que o Quadrilátero Urbano é fundamental para o desenvolvimento não só da região mas também do país"* (Guimarães Digital, 03.12.2008). *"Foi decidido pensar projetos comuns em diversas áreas, nomeadamente ao nível da sustentabilidade, planeamento urbanístico, educação, cultura e desporto... estudar a possibilidade de criar um parque industrial com 400 hectares, redes cicláveis... Na qualidade anfitrião, o Presidente da Câmara Municipal manifestou a certeza de que as quatro Câmaras do Quadrilátero Urbano podem beneficiar muito com o trabalho conjunto que querem levar à prática"*. (Guimarães Digital, 16.09.2011). A pessoa que disse todas estas coisas, a última das quais há pouco mais de um ano, é a mesma que agora quer que Guimarães, o Município de Guimarães, abandone o projeto Quadrilátero Urbano.

Por muito que se tenta atirar areia para os olhos das pessoas, o único motivo pelo qual se toma esta atitude é porque veio a fotografia do líder da oposição numa notícia no Jornal de Notícias. É um dos episódios mais lamentavelmente ridículos a que já se assistiu. As pessoas não são brinquedos nas mãos dos políticos! De nenhuns políticos! Guimarães, os projetos de Guimarães, não podem estar dependentes dos amos ou dos arrufos de quem a governe, seja ele quem for. É mentira que Guimarães tenha estado no Quadrilátero por "*sujeição exclusiva ao interesse das populações*", porque não é no interesse dessas populações que agora o PS pretende abandonar. **Não esperávamos vê-lo terminar o mandato desta forma! Sr. Presidente em nome de Guimarães e dos vimaranenses repense a decisão e retire a proposta apresentada. Haja bom senso.**" -----

De seguida, o Vereador José Manuel Antunes solicitou o uso da palavra, tendo o Presidente da Câmara recusado e recorrido para o Plenário para apreciação desta decisão. Nesta sequência, o Presidente da Câmara colocou à votação a decisão de não dar a palavra ao Vereador José Manuel Antunes tendo a proposta sido aprovada por maioria, com os votos contra dos Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira, André Coelho Lima e José Torcato Ribeiro. -----

Posta a votação a proposta, foi **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**. Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira, André Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. – Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Guimarães **só pode** assentar uma decisão de saída ou não do Quadrilátero Urbano se não tiverem sido cumpridos os objetivos. Trata-se de



uma análise objetiva, e que exige de nós a mesma objetividade. Trata-se de uma questão da mais elementar razoabilidade e senso. Não podemos condicionar a atuação do Município a quaisquer interesses, sejam de que natureza forem, que não sejam estritamente os interesses das populações que servimos. O PSD pretende manifestar que considera que, independentemente do tempestivo cumprimento ou incumprimento de alguns dos seus objetivos, os motivos que levaram à constituição do Quadrilátero Urbano mantêm-se válidos. Consideramos que o Quadrilátero tem finalidades ambiciosas manifestamente do interesse dos municípios integrantes, de que se destacam: *assumir-se como a terceira concentração urbana e de conhecimento do País; estimular a cooperação entre cidades portuguesas para a valorização partilhada de recursos, potencialidades e conhecimento; promover a inserção das cidades em redes internacionais e afirmar a sua imagem internacional; otimizar o potencial das infraestruturas e equipamentos, numa perspetiva de rede.* O mesmo se diga quanto aos **projetos em vigor**, que se forem considerados válidos e úteis para as populações, devem naturalmente ter sequência; como são exemplos: Quadrilátero Mobilidade: estudo de potenciação da mobilidade entre as 4 cidades e criação de uma plataforma intermodal. Quadrilátero Cultural: projeto de interligação cultural e ao nível da gestão de bilheteira, no âmbito do qual se emitiu o “Cartão Quadrilátero Cultural” (há duas semanas tinha mais de 500 aderentes). Não nos podemos conformar com os motivos que, confessadamente (atento o que está escrito no texto da deliberação), estiveram na base desta decisão. Por serem motivos assentes em futilidade e não em motivos substantivos. Guimarães tem que estar acima destas questiúnculas. Não pode confundir o essencial com o

acessório. Não pode dar maior importância a uma publicação num jornal do que ao projeto que subjaz à criação do Quadrilátero Urbano. Não pode tomar uma decisão que não esteja estritamente assente no interesse das populações. É legítimo que nos perguntemos: que interesse se visou proteger ou salvaguardar com esta decisão? Num contexto da relevância económica, embora se trate de projetos partilhados pelas 4 cidades, a verdade é que Guimarães perde escala na obtenção nos financiamentos comunitários o que era, como se sabe, um dos objetivos mais imediatos do Quadrilátero Urbano. Para além de que perde a possibilidade de integrar um projeto de planificação em rede de um conjunto de cidades, na vertente de equipamentos, planificação conjunta de grandes investimentos, criação de sinergias, partilha de experiências, entre outros. Por último, temos a ineficácia prática desta decisão. Sempre levantamos dúvidas quanto aos compromissos assumidos pelo Município como integrante do Quadrilátero, designadamente perante a União Europeia no âmbito dos financiamentos comunitários obtidos. A sete meses do final do mandato, é-nos proposta a saída do Quadrilátero Urbano. No entanto, diz-se “*sem prejuízo dos compromissos assumidos pelo Município de Guimarães em sede de Contratos de Financiamento das candidaturas entretanto aprovadas pelo Programa ON2*”. Ou seja, Guimarães vai determinar a sua saída, mas em termos práticos não vai sair, porque se vai manter agregada ao Quadrilátero Urbano até integral cumprimento dos compromissos assumidos para obtenção de contrapartidas comunitárias; o que demorará algum tempo. Donde resulta que é uma situação perfeitamente reversível no final do ano, após a tomada de posse dos novos órgãos autárquicos. O que naturalmente nos tranquiliza.” -----





O Presidente da Câmara e os Vereadores Domingos Bragança, Francisca Abreu, César Machado, Amadeu Portilha, Alexandra Gesta e José Augusto Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Votamos a favor da proposta de deliberação a submeter à Assembleia Municipal de pôr termo à participação do Município de Guimarães na Associação de Municípios "Quadrilátero Urbano", pelas seguintes razões: A Associação "Quadrilátero Urbano" foi proposta em 2008 pelos Municípios de Guimarães, Braga, Famalicão e Barcelos, e várias instituições regionais públicas e privadas, com o objetivo de sustentar a competitividade e o desenvolvimento urbano integrado do território dos quatro Municípios. Nessa época, há cinco anos, foi considerado, com grande estímulo da Universidade do Minho, a necessidade de haver uma conjugação da massa crítica e a formulação de um plano estratégico que fosse um instrumento de afirmação regional num quadro de grande competição na Europa entre cidades. Foram definidos, como consta do texto da proposta aprovada, vários projetos nas áreas digital, da mobilidade, do desenvolvimento urbano, da cultura, da criação, do investimento empresarial, e da internacionalização. Foi apresentada às instituições europeias uma candidatura com investimento elegível de quinze milhões de euros, prevendo uma taxa de cofinanciamento de 65%. Todos estes objetivos, que antes e hoje consideramos nobres, tiveram uma concretização residual. Tal é consensualmente assumido por todas as entidades participantes. A taxa de execução de todo o plano estratégico é, nesta data, de 7%, e vários dos programas dele integrante, nomeadamente o Quadrilátero Digital, sempre considerado o mais importante, não tiveram sequência, devendo hoje, à luz das prioridades de investimento, ser questionado e revisto. Porém, apesar da muito

reduzida taxa de execução de todo o conjunto de programas do referido plano estratégico, o esforço financeiro exigido ao Município de Guimarães ascendeu nos últimos três anos a mais de 136 000 euros, valor que na atual situação financeira do Município, face à denominada Lei dos Compromissos, é significativo. Foi assim, enquanto decorria uma ponderação das responsabilidades do Município de Guimarães em vários dos modelos associativos que integramos, e das decisões que é necessário tomar relativamente aos que se mantêm fundamentais para o nosso programa de desenvolvimento municipal e regional e aqueles que porventura devem ser abandonados, que surgiu o aproveitamento político – partidário numa iniciativa da Associação “Quadrilátero Urbano” na divulgação de um programa para a instalação de fibra ótica. A forma como foi divulgada essa iniciativa com lógicas de promoção, ao arrepio do que deveria ser uma conduta compatível com um trabalho de rede dos parceiros seus constituintes, sem posteriormente merecer, antes da tomada de posição da Câmara de Guimarães, um sinal de distanciamento da forma incompreensível como essa divulgação tivera lugar, demonstra o porquê dos objetivos nobres, e definidos no plano estratégico, não poderem ser de todo atingidos. O essencial foi secundarizado para se colocar o acento tónico em tentativas de promoções espúrias claramente óbvias a que tivemos de dizer basta. Os resultados, ao fim de quatro anos, muito longe do que se pretendia alcançar, são consequência dessa secundarização. Por estas razões, entendemos que não deveria ser mais protelada a decisão, em ponderação, de pôr termo à participação do Município de Guimarães na Associação “Quadrilátero Urbano”.” ----

**ENTIDADES PARTICIPADAS – VITRUS AMBIENTE EM SA –  
ADAPTAÇÃO DOS ESTATUTOS AO NOVO REGIME DA**



**ATIVIDADE EMPRESARIAL LOCAL** – Presente um ofício da VITRUS EMBIENTE, EM, SA remetendo, para aprovação do executivo camarário, para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, a proposta de adaptação dos Estatutos ao novo regime jurídico da atividade empresarial local (Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto), aprovada pelo respetivo Conselho de Administração e Assembleia Geral em suas reuniões realizadas, respetivamente, em 4 e 11 de fevereiro. Os referidos Estatutos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** O Vereador **Amadeu Portilha** não participou na discussão e na votação da proposta, por se considerar impedido, em virtude de pertencer aos respectivos órgãos sociais. -----

**EDUCAÇÃO – ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA ESCOLA DE SANTA LUZIA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 8 de fevereiro de 2013, que disponibilizou, à Associação de Pais da Escola de Santa Luzia, o transporte, em autocarro, das crianças do jardim de infância à NORPRINT, no passado dia 14 de fevereiro.

**DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.**-----

**EDUCAÇÃO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PEVIDÉM** – Presente a seguinte proposta: “O Agrupamento de Escolas de Pevidém solicitou a colaboração do município através da cedência de dois autocarros para efetuar o transporte dos alunos para o dia 6 de Junho, dia do Agrupamento. Assim, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 64 da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterado e republicado pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, por despacho a 06 de Fevereiro de 2013, foi proposto o deferimento do pedido. Sendo uma

competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se a solicitação de referido pedido de apoio, para deliberação.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. ---**

**EDUCAÇÃO – EB1 DE CANDOSO SANTIAGO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO**

– Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 8 de fevereiro de 2013, que disponibilizou, à Escola EB1 Candoso Santiago o transporte, em autocarro, dos alunos ao Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques, no passado dia 14 de fevereiro. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**CULTURA – PRÉMIO CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES PARA O MELHOR ALUNO DA UNIVERSIDADE DO MINHO – ANO DE 2013**

– Presente a seguinte proposta: “Em conformidade com a revisão do regulamento aprovada pela Câmara Municipal na sua reunião de 4 de dezembro de 2008, recebemos da Universidade do Minho a indicação do aluno a beneficiar do prémio, em 2013, relativo ao ano letivo 2011/2012. Trata-se de Rui Pedrosa Alves que, tendo concluído o 1º Ciclo de Mestrado Integrado em Engenharia Electrónica Industrial com 17.885 valores, foi considerado o melhor aluno dos cursos de 1º ciclo leccionados no Polo de Guimarães da Universidade do Minho. Tendo em vista que a cerimónia de entrega do prémio decorrerá já no próximo dia 20 de fevereiro, dia da Universidade do Minho, proponho que a Câmara Municipal ratifique o despacho de atribuição do prémio de €1.000,00 (mil euros) ao estudante em causa.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**DIVERSOS – IMPLEMENTAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2013**

– Presente a seguinte proposta: “No seguimento da aprovação da Carta de Princípios do Orçamento Participativo e das respectivas Normas de Participação, em reunião



de Câmara de 12 de Novembro de 2012 e em Assembleia Municipal de 26 de Novembro de 2012, é necessário implementar, junto dos serviços municipais, um conjunto de procedimentos que operacionalizará todo o ciclo previsto no Orçamento Participativo (OP), bem como disponibilizar à população uma plataforma participativa que permita apresentar as propostas e votá-las. Para além disso, também conforme previsto nas respectivas normas, torna-se necessário divulgar e envolver a sociedade, através das Assembleias Participativas e das Assembleias de Voto, dispersas por todo o Concelho. Neste sentido, informa-se que o Ciclo de Participação do Orçamento Participativo prevê as seguintes fases: 1ª Fase – Preparação; 2ª Fase – Participação e Apresentação de Propostas; 3ª Fase – Análise das Propostas; 4ª Fase – Votação; 5ª Fase – Apresentação de Resultados e Execução. Com o seguinte calendário previsto: -----

<b>Datas</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Duração</b>
21 a 28 de Fevereiro	Promoção e Divulgação das regras e prazos de participação e da plataforma do Orçamento Participativo.	8 dias
1 de Março a 30 de Abril	Apresentação de propostas e realização das Assembleias Participativas.	61 dias
1 a 31 de Maio	Análise técnica das propostas, conforme critérios de elegibilidade aprovados nas Normas de Participação.	31 dias
1 a 30 de Junho	Votação na Plataforma de Orçamento Participativo e realização de Assembleias de Voto.	30 dias
1 a 5 de Julho	Divulgação dos resultados.	5 dias

Assim, com o propósito de ir ao encontro dos princípios estabelecidos, e a fim de se implementar uma ferramenta útil para o exercício de cidadania participativa, de forma a incentivar o diálogo, a aproximação entre eleitores e eleitos e abranger toda a sociedade em todo o Concelho, entendeu-se calendarizar um conjunto de Assembleias Participativas nas Freguesias, respeitando a nova reorganização administrativa do Concelho de Guimarães, publicada em Diário da República pela Lei nº 11-A/2013 de 28 de Janeiro. Desta forma é possível abranger a

totalidade do Concelho e da sociedade vimaranense, permitindo uma forte envolvimento das Juntas de Freguesia. Por outro lado, não fica excluída a possibilidade de reforçar a participação dos cidadãos com a realização de mais Assembleias Participativas, nomeadamente temáticas, se assim se justificar, não esquecendo que a principal ferramenta do Orçamento Participativo centra-se na Plataforma disponibilizada a partir deste momento. A calendarização das Assembleias Participativas será definida individualmente com as Juntas de Freguesia, de acordo com a disponibilidade dos espaços. As regras de participação e submissão de propostas nas Assembleias Participativas serão comunicadas no início de cada sessão, obedecendo às Normas de Participação aprovadas. A plataforma do Orçamento Participativo obedece a todos os critérios de participação e de elegibilidade estabelecidos nas normas aprovadas, pelo que recepcionadas as propostas, estas serão analisadas tecnicamente pelos respectivos serviços da Câmara competentes, a fim de verificar a sua validade. O respectivo backoffice e acompanhamento da plataforma será gerido pelos serviços de informática da Câmara Municipal, devendo solicitar esclarecimentos e/ou apoio aos restantes serviços técnicos competentes, caso seja necessário. Entende-se como fundamental a existência de uma coordenação transversal de todo o procedimento e processo do Orçamento Participativo, com a competência de receber as propostas, solicitar os estudos necessários aos respectivos serviços competentes, coordenar as Assembleias Participativas e as Assembleias de Voto, bem como coordenar a gestão da respectiva plataforma. Propõe-se desta forma que a equipa seja constituída por 7 elementos, Presidida pelo Sr. Vereador Dr. Domingos Bragança, a apresentar: Domingos Bragança (Presidente da Comissão de Coordenação do



OP); Francisca Abreu (Vereadora); Amadeu Portilha (Vereador); Miguel Sousa (Adjunto de Vereador); Jorge Cristino (Adjunto de Vereador); Filipe Fontes (Diretor de Departamento); Bruno Oliveira (Serviços de Informática). As Assembleias de Voto serão agendadas e implementadas de acordo com a disponibilidade e as condições técnicas das Juntas de Freguesia. Todos os esclarecimentos, normas, regras e critérios existentes e aprovados estão publicitados na Plataforma do Orçamento Participativo, a consultar através do site do município ou em [op.cm-guimaraes.pt](http://op.cm-guimaraes.pt).” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** – Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “O PSD, através do seu grupo parlamentar na Assembleia Municipal, e pela voz do deputado José Couceiro da Costa, apresentou em 10.10.2012 a sugestão política de elaboração de um Orçamento Participativo para o Município de Guimarães. Dando a devida sequência e pugnando pela consequência política das sugestões avançadas, os vereadores do PSD prontamente submeteram uma proposta formal, na reunião de Câmara de 18.10.2012, para apreciação pelo órgão Câmara Municipal da proposta de Orçamento Participativo para o Município de Guimarães, na reunião subsequente. Como é sabido, na mesma reunião em que ia a votação a proposta de Orçamento Participativo apresentada pelos vereadores do PSD, na sequência aliás da intervenção em Assembleia Municipal do deputado José Couceiro da Costa, foi presente uma segunda proposta de Orçamento Participativo, desta feita apresentada pelos vereadores PS. O que, como na altura dissemos, **chega a ser anedótico**. Esteve-se anos a fio sem se decidir ou pretender avançar com uma tal iniciativa, agora, que o PSD levou o assunto politicamente à Assembleia Municipal

(10.10.2012), e apresentou em consequência uma proposta para ser apreciada pela reunião de Câmara (18.10.2012), e teve inclusive uma iniciativa pública com o deputado europeu Dr. Paulo Rangel acerca da Democracia Participativa (02.11.2012), eis que o executivo socialista apresenta também a sua proposta de Orçamento Participativo. E é para isso mesmo, para a materialização mimética do que havia sido sugerido pelo PSD. O que nenhum mal teria, aliás, os partidos e vereadores da oposição existem precisamente para dar contributos e para pugnar por que os seus contributos sejam aceites por quem exerce o poder. O que se lamenta é a crónica falta de humildade e de sentido de Estado de não se permitir aceitar propostas dos partidos da oposição, que é a demonstração acabada da falta de sentido democrático, e como tal, de esgotamento face aos novos tempos. Que ao chega limite de, para não aprovar uma proposta da oposição, apresentar uma sua, própria, igual, para ser votada no mesmo dia, passeando-se depois com ela como se fosse uma sua criação. A Democracia Participativa não foi inventada em Guimarães, pelo que as ideias ou sugestões políticas de incremento da mesma têm já base noutros locais. Mas muito melhor seria que se tivesse a humildade democrática e o exemplo de cidadania de aceitar as sugestões da sua verdadeira proveniência, tornando-as de todos, ao invés deste esquema um tanto infantil de aprovação de propostas sobre propostas válidas da oposição, para que os socialistas possam assumir, sozinhos, a paternidade do assunto. O jogo democrático tem as suas regras. Onde decide o poder mas também tem lugar a oposição. Esta prática implica a subversão dessas regras, a não conformação com essas regras, e criar regras próprias, o que é próprio de quem convive mal com o papel político-institucional que em democracia cabe à oposição.” -----





O Presidente da Câmara e os Vereadores Domingos Bragança, Francisca Abreu, César Machado, Amadeu Portilha, Alexandra Gesta e José Augusto Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Votamos a favor da proposta que visa estabelecer os procedimentos para a concretização da participação dos munícipes no Orçamento Participativo para o corrente ano de 2013, pelas seguintes razões: Ao assumir a paternidade da proposta concretizada com a aprovação da Carta de Princípios do Orçamento Participativo e das respetivas Normas de Participação, visamos contribuir para uma alargada participação dos cidadãos e para uma maior qualidade dos investimentos e atividades a concretizar no nosso Município em 2013, com a responsabilidade que só podia ser assumida por quem tem o dever e as competências do poder. Era necessário agora calendarizar as assembleias participativas nas freguesias, garantir a divulgação necessária à maior presença dos cidadãos, assegurar a maior envolvência das Juntas de Freguesia, e operacionalizar a gestão da plataforma informática onde essa participação terá lugar." -----

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA.** -----

**PELAS DEZ HORAS E CINQUENTA E CINCO MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA.** -----